Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL: *CONSTITUIÇÃO, PRÁTICA PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL*[1]

ASSOCIATIVE MOVEMENTS OF LIBRARIANS IN BRAZIL: CONSTITUTION, PROFESSIONAL PRACTICE AND SOCIAL MOVEMENT ENGAGEMENT

Deborah Matias Gomes[2]

Ketry Gorete Farias dos Passos[3]

Submetido em: 13/03/2026
Aprovado em: 21/03/2026
Publicado em: 26/03/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] Texto ampliado a partir do trabalho submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – ENANCIB/2025 (GT 6 –Informação, Educação e Trabalho).

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: dehgomes@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3287-2527.

[3] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: ketry.passos@udesc.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8154-7363.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: O presente artigo analisa a constituição e o desenvolvimento das associações de bibliotecários no Brasil, compreendendo-as como espaços de articulação política, representação profissional e mediação entre Estado e sociedade. Parte-se da problematização do associativismo enquanto prática histórica vinculada às transformações sociais, econômicas e institucionais do país, especialmente no contexto de consolidação da profissão bibliotecária. O objetivo do estudo é compreender como essas entidades se estruturam, quais as pautas orientaram sua atuação e de que maneira contribuíram para a organização da categoria profissional. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza histórica e documental, fundamentada na análise documental e bibliográfica. Os resultados indicam que as associações desempenharam papel central na regulamentação da profissão, na defesa de interesses coletivos, embora sua atuação tenha sido influenciada pelos contextos políticos e econômicos de cada período.

Palavras-Chave: Biblioteconomia; Associações profissionais; Associação de bibliotecários; Entidades de classe; Política profissional.

Abstract: *This article analyzes the constitution and development of librarians' associations in Brazil, understanding them as spaces for political articulation, professional representation, and mediation between the State and society. It stems from the problematization of associationism as a historical practice linked to the country's social, economic, and institutional transformations, especially in the context of the consolidation of the library profession. The objective of the study is to understand how these entities are structured, which agendas guided their actions, and how they contributed to the organization of the professional category. Methodologically, the research is characterized as qualitative, historical, and documental, based on documentary and bibliographic analysis. The results indicate that the associations played a central role in the regulation of the profession and in the defense of collective interests, although their actions were influenced by the political and economic contexts of each period.*

Keywords: *Library science; Professional associations; Librarians' association; Class entities; Professional policy.*

1 INTRODUÇÃO

As associações de classe no Brasil desempenham, historicamente, papel de articulação e defesa dos interesses de diferentes categorias profissionais. No campo da Biblioteconomia, essas organizações surgiram como resposta às demandas por reconhecimento, regulamentação e valorização do trabalho do bibliotecário. A criação de entidades reflete tanto os anseios da

categoria quanto às transformações sociais, políticas e educacionais ocorridas no país ao longo do século XX.

Santa Anna (2018, p. 255) destaca que as associações de bibliotecários atuam desde seu surgimento como um movimento político a favor dos direitos dos cidadãos e, especificamente, a defesa da prática profissional por meio da formação de grupos envolvidos com os interesses das classes profissionais. Nesse mesmo sentido, Santa Anna e Costa (2021) observam que "as associações profissionais de bibliotecários, além de promoverem a integração da categoria, contribuem para o fortalecimento da consciência política e da identidade social do bibliotecário, reafirmando a profissão como espaço de mediação cultural e de defesa da democracia".

Cabe acrescentar que a Biblioteconomia e os primeiros "modelos" de bibliotecas implementados no país foram fortemente influenciadas pela colonização portuguesa. Segundo Souza (2009), o Brasil nos anos que antecederam o século XX, pouco produziu culturalmente através dos canais formais de comunicação.

> Uma das possíveis explicações para isso, pode situar-se na herança da tradição portuguesa que durante alguns séculos pouco se empenhou na produção de conhecimentos técnicos e científicos. Tradição esta que constituía uma cultura presa ao que se poderia chamar de cultura do espírito, tanto no sentido poético quanto no sentido teológico. Significa dizer que uma forte tradição poética e religiosa orientou a vida do Estado, retardando quaisquer esforços científicos e de geração de tecnologia industrial (Souza, 2009, p. 23).

Considerando as afirmações, este trabalho tem como objetivo analisar a origem, formação e o desenvolvimento das associações de bibliotecários no Brasil, contextualizando-as dentro do panorama

nacional das entidades de classe e compreendendo os fatores sociais, políticos e profissionais que motivaram sua criação e atuação.

Caracterizando-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória e fundamentação bibliográfica e documental. O método adotado foi a análise histórico-social, que permitiu interpretar os fenômenos sociais a partir de seu contexto histórico. Foram utilizados como procedimentos a revisão da literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação, além da análise de documentos institucionais de associações profissionais brasileiras, com ênfase em produções da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), bem como das associações estaduais.

O estudo enfoca especialmente o período da ditadura civil-militar (1964–1985), mas também contempla fases anteriores e posteriores, a fim de oferecer uma visão abrangente da trajetória dessas entidades. Ao refletir sobre esse percurso, busca-se evidenciar o papel dessas associações na consolidação da identidade profissional e na formação política dos bibliotecários brasileiros.

2 AS ENTIDADES DE CLASSE NO BRASIL: PANORAMA GERAL

Quando falamos de movimento associativo[4], nos remetemos à luta de uma classe ou grupo em prol de um objetivo em comum, visando principalmente sua valorização e organização. Essas organizações caracterizam-se por serem privadas, sem fins

[4] Utiliza-se aqui a denominação "movimento associativo" para identificar o associativismo existente, seja ele civil, partidário ou sindical.

lucrativos, formais e autônomas, e incorporam funções públicas voltadas à coletividade. Guinchat e Menou (1994) relatam que as associações profissionais são grupos voluntários de pessoas que exercem uma profissão ou uma especialidade dentro da profissão. Fischer (2002) destaca que, embora o lucro não seja a finalidade, os resultados devem permitir seu desenvolvimento para que possam cumprir suas funções sociais. Fischer (2002) destaca, ainda, que as atividades dessas organizações são públicas ou voltadas à coletividade. Embora o lucro não seja a finalidade, o resultado deve permitir um desenvolvimento para que o papel delas seja cumprido.

Fischer (2002, p.47) elucida, ainda, que as atividades dessas organizações são públicas ou voltadas à coletividade. Embora o lucro não seja a finalidade, o resultado deve permitir um desenvolvimento para que o papel delas seja cumprido. Além disso, o autor destaca que no Brasil, as entidades associativas datam do período colonial. Confrarias e irmandades são exemplos de associativismo nesse período. No século XIX, com a industrialização e urbanização do país, destacaram-se as associações voluntárias laicas. Os Imigrantes trouxeram formas organizacionais como as sociedades de auxílio mútuo e sindicatos que apresentavam como principais características a solidariedade, a prestação de assistência social, e a formação de consciência política. Na ocasião, buscava-se a inserção em um sistema político elitista e fechado que predominou no Brasil até meados do século XX (Fischer, 2002). O desenvolvimento e crescimento do movimento associativo por volta da década de 1970 representou uma significativa transformação na sociedade, visto que, estas buscavam atender demandas em que o estado não se

fazia presente em pautas relativas à saúde pública, educação, segurança, meio ambiente e valorização do trabalhador e abertura ampla, geral e restrita do estado. Essa ascensão se deu por motivos diversos e refletiram as mudanças sociais e econômicas ocorridas na época como a crescente complexidade dos problemas sociais, limitação do estado, mudanças nas relações Estado-Sociedade, valorização do voluntariado, globalização e descentralização.

O associativismo cresceu fortemente com a redemocratização[5] nos anos 1980, período marcado pela criação de partidos e da reorganização de movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, mais tarde, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). De acordo com Gohn (2010, p. 342),

> No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical. Inicialmente, houve o declínio das manifestações de rua, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise, porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: os regimes militares. Em realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988.

Ao final dos anos oitenta por conta da Constituição Federal temos um terceiro movimento denominado terceiro setor, onde ele é previsto e regulamentado. Neste período temos também o

[5] A redemocratização no Brasil foi o processo gradual de restauração da democracia após o fim da ditadura civil-militar, que durou de 1964 a 1985.

surgimento das organizações da sociedade civil de interesse público, as OCIPs[6] .

No Brasil, a visibilidade do terceiro setor remete à contraposição das ações estatais e ao tradicional modelo das entidades assistencialistas. Tais entidades têm como principal objetivo unir pessoas que compartilham interesses comuns, sejam eles culturais, sociais, recreativos ou profissionais. Leonello e Cosac (2009, p.2) afirmam que "o associativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões". Além disso, podemos complementar que essas entidades desempenham também um importante papel na comunicação entre a sociedade civil e o governo, com o objetivo de fortalecer a democracia e estimular o envolvimento dos cidadãos.

A partir dos anos 1990 iniciam-se os movimentos ligados aos "desempregados do corporativismo". Segundo Gohn (2010), ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas - como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc.

Carlos e Silva (2006, p.168) afirmam que: O crescimento exponencial verificado do associativismo civil a partir dos anos 1990 talvez esteja relacionado ao processo de descentralização e democratização das prefeituras municipais, que passam a entender a importância da organização e participação popular, tendo em vista a prática participacionista em canais institucionais de participação.

[6] Uma OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social.

Assim, entende-se que a maior presença da população junto aos movimentos populares e entidades civis se explique pelo fato dos anos 1990 marcaram um período de busca da institucionalização da democratização na gestão pública, pelo qual o poder público local passa a incorporar mecanismos e canais de participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas.

Ganança (2006) aponta que o crescimento do número de associações civis no país estaria associado aos seguintes fatores: ao processo de abertura política, pelos incentivos estatais direcionados para as associações civis (agricultura, organizações indígenas), pela formalização de grupos populares ou de trabalhadores para o acesso a certos benefícios, pelos conselhos setoriais de políticas públicas dentro do Estado e por alternativa de organização flexível do trabalho frente ao desemprego.

Com isso, as associações ocupam posição de destaque no ordenamento jurídico brasileiro, garantindo voz e representação a diversos segmentos da sociedade. Ainda, no que se refere a organização do movimento associativo no Brasil, foram elaboradas diversas normas e regulamentos destas atividades, sendo promulgadas algumas legislações como:

a) Constituição Federal (Brasil, 1988)[7]: reconhece a liberdade de associação como um direito fundamental, garantindo a todas as pessoas o direito de se associar para fins lícitos.

[7] A Constituição começou a ser deliberada no ano de 1985, findado o período da ditadura civil-militar. Tem como objetivo garantir os direitos fundamentais a todo cidadão brasileiro, sendo a lei máxima do país. Nela estão organizados e sistematizados um conjunto de preceitos, normas, prioridades e preferências acordados com a sociedade. (Brasil, 1988).

Assegura a autonomia das associações para se organizarem e defenderem seus interesses coletivos.

b) Código Civil (Brasil, 1916): regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações. Do art.º. 13 ao 23 estabelece orientações sobre criação, funcionamento, gestão e dissolução de associações de caráter privado. Aqui as associações são classificadas como entidades privativas de recreação, sindicais, agrícolas e cooperativistas.

c) Código Civil (Brasil, 2002): aprofunda a regulamentação sobre associações no Título II. Onde estabelece diretrizes legais específicas sobre a formação de associações, os direitos e responsabilidades de seus membros, e os procedimentos operacionais como reuniões, gestão e herança da organização.

d) Lei nº 9.790/1999 (Lei do Terceiro Setor): trata da classificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), oferecendo-lhes diversas vantagens e incentivos (Brasil, 1999a).

e) Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil): tem como objetivo aumentar a transparência, eficácia e responsabilidade na utilização de

recursos públicos por entidades sem fins lucrativos. (Brasil, 2014).

f) Lei Federal nº 5.764/1971: define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das cooperativas que orienta sobre o funcionamento de entidades cooperativas, desde sua fundação, cargos gestores, manutenção financeira e dissolução. Estabelece que as entidades de caráter cooperativo devem ser subordinadas a órgãos governamentais e ao Conselho Monetário Nacional (Brasil, 1971).

g) Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições): dispõe sobre normas para a eleição no Brasil. No que tange às associações, estabelece regras para a participação de entidades na campanha eleitoral, vedado o uso de recursos de origem estrangeira e proibindo o apoio ou financiamento de campanhas por parte de entidades sem fins lucrativos que recebem recursos do exterior (Brasil, 1997).

h) Lei nº 11.127/2005: estabelece que as entidades de utilidade pública federal e sem fins lucrativos prestem contas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública contendo informações discriminadas sobre a aplicação dos recursos recebidos e os resultados alcançados com suas ações (Brasil, 2005).

i) Lei nº 14.341/2022: dispõe sobre a associação de municípios na forma de Associação de Representação de Municípios, para a realização de objetivos de interesse comum de caráter político-representativo, técnico, científico, educacional, cultural e social (Brasil, 2022).

Além destas, destacamos também a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que assegura a liberdade e o acesso a direitos fundamentais como saúde e educação a todas as pessoas e tem em seu art.º. 20 a redação que estabelece que todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. Sendo que ninguém pode ser obrigado a participar, mantendo-se a característica de voluntariado.

Estas legislações visam assegurar o bom funcionamento das associações, protegendo os seus interesses e o seu trabalho para o bem comum. Também visam garantir a transparência e a prestação de contas na gestão dos recursos e nas ações promovidas por essas entidades com vistas ao fortalecimento da sociedade civil e da democracia no país.

> Nesse sentido, o associativismo será um dos mecanismos utilizados pelos indivíduos para a realização de uma cidadania mais ampla. Reunidos em torno dos mesmos interesses, por meio das associações, congregam seus esforços, dão visibilidade à sua luta, configuram interlocutores mais fortes no debate com o restante da sociedade e com o Estado, ampliando as possibilidades de mudança da realidade social como um todo (Fonseca, 2008, p. 203).

Essa abordagem de colaboração entre Estado, mercado e sociedade civil tem suas vantagens e desafios. As vantagens incluem a flexibilidade das entidades associativas de poderem se adaptar a

necessidades específicas, bem como as soluções que podem surgir nesta colaboração. No entanto, também podem surgir desafios relacionados à sua sustentabilidade financeira, à coordenação de sua gestão e a possibilidade de desigualdades na distribuição de recursos e poder.

Embora apresentem desafios como a sustentabilidade financeira e gestão, essas organizações têm flexibilidade e potencial adaptativo. Whitley (1974) afirma que a força das associações é reflexo da institucionalização social de uma área profissional. Essa institucionalização possui duas dimensões: cognitiva (conhecimento, métodos, técnicas) e social (organização formal e política), que se retroalimentam. As associações não plenamente institucionalizadas enfrentam dificuldades na definição de fronteiras organizacionais e estabilidade funcional. Entretanto, mesmo assim, são espaços essenciais de promoção da profissão, formação contínua e construção da identidade profissional (Guinchat; Menou, 1994).

Ainda no que se refere à realidade brasileira as associações surgiram como forma de representação dos interesses coletivos das categorias profissionais, articulando reivindicações por melhores condições de trabalho, regulamentação de atividades e valorização social. A intensificação da organização dessas entidades ocorreu na década de 1930, especialmente após a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que estruturou legalmente as relações trabalhistas e fortaleceu o sindicalismo. No entanto, as associações profissionais, desvinculadas do aparato sindical e de filiações obrigatórias, começaram a ganhar protagonismo a partir da década de 1950, impulsionadas pelo crescimento da educação

superior, pela tecnificação das profissões e pela profissionalização de novos campos do saber, como a Biblioteconomia, o serviço social, a psicologia e a administração.

Ao longo das décadas seguintes, essas entidades passaram a desempenhar múltiplas funções: promover eventos científicos e culturais; organizar cursos de capacitação; editar boletins, revistas e periódicos especializados; estabelecer redes de cooperação com universidades, conselhos e fóruns interinstitucionais; além de atuar na defesa de pautas relacionadas à formação, à ética e à regulamentação profissional. Também assumiram papeis na formulação de políticas públicas e em mobilizações sociais, ampliando sua incidência para além da esfera corporativa.

A evolução dessas entidades demonstra sua capacidade de adaptação frente às mudanças políticas, sociais e tecnológicas, revelando-se como instâncias de mediação, formação e resistência profissional. Nesse sentido, compreender a trajetória das associações de bibliotecários no Brasil demanda inseri-las no panorama mais amplo das entidades de classe, que historicamente têm sido instrumentos de construção coletiva, disputas políticas e valorização do trabalho especializado.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e documental. O objetivo principal foi analisar a formação e a atuação das associações de bibliotecários no Brasil no contexto histórico das entidades de classe, com ênfase nos

elementos sociais, políticos e profissionais que influenciaram esse processo.

O levantamento documental foi realizado com base no acervo institucional da FEBAB e das associações estaduais filiadas, consultando sites oficiais, registros públicos, relatórios de gestão, estatutos, boletins informativos, atas de reuniões e publicações institucionais.

Para complementar a análise, foram utilizados também dados oriundos de levantamento realizado junto ao site da FEBAB em março de 2023 e atualizado em 2024, que permitiram mapear a presença regional das associações ainda ativas e identificar as entidades que foram extintas ou inativadas. As informações foram organizadas em planilhas com base em critérios de localização geográfica, vinculação institucional, estrutura organizacional e principais atividades desenvolvidas.

Foram ainda sistematizados os dados sobre a composição administrativa das entidades e sua filiação à FEBAB, bem como analisadas as estruturas de governança, categorias de associados e ações de formação contínua. O tratamento dos dados seguiu abordagem de análise de conteúdo, com categorias definidas a partir das recorrências temáticas observadas nos documentos analisados. A interpretação dos achados foi embasada em referências teóricas sobre associativismo, ciência da informação, políticas profissionais e institucionalização das profissões.

4 FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL

Os resultados obtidos revelam um cenário de transformação contínua no movimento associativo dos bibliotecários brasileiros. A análise documental permitiu identificar um total de 18 associações estaduais filiadas à FEBAB no ano de 2023.

Tabela 1 - Distribuição das Associações por regiões

REGIÃO	2023	2024
NORTE	1	0
NORDESTE	8	4
CENTRO-OESTE	3	3
SUDESTE	3	2
SUL	3	3

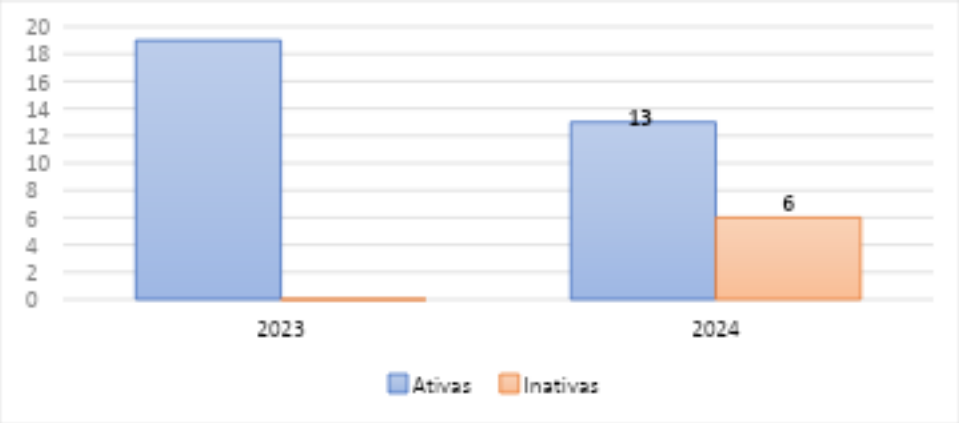
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No entanto, em nova verificação em 2025, constatou-se que apenas 11 associações permaneciam ativas, enquanto seis foram desativadas, encerraram suas atividades ou se tornaram inativas.

Essa redução evidencia um enfraquecimento institucional em determinadas regiões, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o que pode estar relacionado à escassez de recursos financeiros, à falta de renovação das lideranças e à ausência de políticas públicas locais que favoreçam a valorização da Biblioteconomia.

Ainda no contexto da formação do movimento associativo da Biblioteconomia brasileira, destaca-se a primeira entidade fundada no ano de 1938, no estado de São Paulo. Sendo a Associação Paulista de Bibliotecários (APB) que foi constituída pela primeira turma de concluintes da Escola de Biblioteconomia de São Paulo. Seu primeiro presidente foi o Sr. Rubens Borba de Moraes.

Figura 1 - Associações filiadas a FEBAB em 2023/2024



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A APB esteve diretamente vinculada à liderança de Rubens Borba de Moraes, que se inspirou no modelo organizacional da *American Library Association* (ALA). A proposta era estruturar uma entidade capaz de atuar de forma articulada na defesa dos interesses da categoria, exercendo influência junto às instâncias governamentais, ao mesmo tempo em que promovesse o desenvolvimento cultural, educacional e técnico dos profissionais da área. Ao comentar essa motivação, o próprio Rubens destaca que a experiência lhe revelou a importância de uma associação forte e organizada.

> Quando voltei dos Estados Unidos voltei muito impressionado com a força que tinha a associação dos bibliotecários de lá. Eles eram uma força organizada, que faziam pressão junto aos governos municipais, estaduais e federal para o desenvolvimento das bibliotecas (Bandeira, 2007, s.p.).

Na década de 1940 surgiu a segunda agremiação: a Associação Brasileira de Bibliotecários, fundada em 18 de julho, por iniciativa de um grupo de bibliotecários do Distrito Federal. Em 1957, em Salvador no II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), foi fundada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

– FEBAB (Fonseca, 2007). Seguindo processo de expansão da área ainda entre os anos 40 e 50, incluindo a abertura de novas escolas de Biblioteconomia, foram instituídas a Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco (APBPE), a Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia (ABDEB), Associação de Bibliotecários do Estado do Paraná (ABPR) e a Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB). A criação destas entidades marcou a consolidação da Biblioteconomia enquanto campo profissional organizado, ampliando a representação da categoria além do eixo Rio-São Paulo.

A criação das primeiras associações coincidiu com o momento de expansão dos cursos de Biblioteconomia no país e da necessidade de regulamentação da profissão, que viria a ocorrer oficialmente com a promulgação da Lei n. 4.084/1962. A partir da ABB, foram surgindo associações regionais e estaduais, como a Associação Catarinense de Bibliotecários (1975).

Durante o período da ditadura civil-militar, muitas dessas associações precisaram adaptar seu discurso e atuação, priorizando ações técnico-científicas e de atualização profissional, em detrimento de pautas políticas mais explícitas. Ainda assim, mantiveram viva a articulação entre os profissionais e contribuíram para o fortalecimento da Biblioteconomia como campo de saber e atuação social. Com o processo de redemocratização do país, a partir de 1985, as associações passaram a retomar com mais vigor as discussões sobre ética, política, democracia e direitos profissionais. A FEBAB, fundada em 1959, consolidou-se como órgão

representativo nacional, agregando entidades estaduais e promovendo eventos como o CBBD.

Ainda no que se refere ao período da ditadura civil-militar (1964-1985), o contexto político e econômico brasileiro influenciou o desenvolvimento das profissões e de suas entidades representativas. A partir de 1964, sob forte influência americanista, o Estado passou a priorizar um modelo de modernização orientado pela industrialização acelerada e pela reorganização administrativa. Como observa Ortiz (2014, p. 113):

> A ditadura militar foi modernizadora. Isso a distingue dos regimes autoritários no Cone Sul. Há desenvolvimento acelerado da economia durante o "milagre econômico[8]". Intensa industrialização e urbanização da sociedade brasileira, reorganização do Estado [...] enfim, um conjunto de medidas que aprofundam e consolidação do que se denominava capitalismo tardio.

Inseridas nesse contexto, as associações passaram a atuar em um ambiente marcado por restrições políticas e forte valorização da informação técnico-científica como instrumento de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a atuação da FEBAB e das associações evidencia um movimento ambivalente: ao mesmo tempo em que contribuíram para a consolidação científica e normativa da profissão, também operavam dentro das margens possíveis de atuação impostas pelo regime autoritário. Essa dinâmica ajuda a compreender como o movimento associativo bibliotecário manteve sua identidade institucional, ainda que com reconfigurações de ênfase e prioridades.

[8] Milagre econômico brasileiro foi a época de crescimento econômico elevado durante a ditadura militar brasileira, entre 1969 e 1973, também conhecido como "anos de chumbo".

Quadro 1 – Linha do tempo das associações de bibliotecários brasileiras

ANO	ASSOCIAÇÃO
-	Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte (APBRN)[9]
-	Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro (APB-RJ)[10]
-	Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara[11]
-	Associação de Bibliotecários Municipais de São Paulo[12]
1938	Associação Paulista de Bibliotecários (APB)
1949	Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB)
1948	Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco (APBPE)
1951	Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia (ABDEB)
1952	Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB)
1952	Associação de Bibliotecários do Estado do Paraná (ABPR)
1959	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).
1962	Associação Bahiana dos Bacharéis em Biblioteconomia
1962	Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF)
1963	Associação dos Bibliotecários do Ceará (ABCE)
1966	Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG)
1966	Associação Paraense de Bibliotecários (ASPABI)
1975	Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB)
1975	Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB)
1978	Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (APBMS)
1980	Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí (ABEPI)
1981	Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB)
1982	Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE)
1990	Associação dos Bibliotecários de Goiás (ABG)
1995	Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do RJ (REDARTE/RJ)
2019	Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo (ABES)

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

[9] Não foi localizado o ano de fundação da entidade.

[10] Não foi localizada a data exata de fundação da entidade, há registros de sua atividade em meados das décadas de 60,70 e 80. Posteriormente, em 15 de agosto de 1989, foi aprovada a transformação da APB-RJ em sindicato, originando o Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro - SINDIB-RJ.

[11] A entidade atuou como representação da categoria no então Estado da Guanabara, unidade federativa criada quando a capital federal no Rio de Janeiro foi transferida para Brasília e o antigo Distrito Federal se transformou no Estado da Guanabara (1960–1975). Dentro deste período não foi identificada a data exata da fundação da associação que durante sua atuação acompanhou esse processo político-administrativo, mas perdeu sua autonomia em 1975, com a fusão da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro. A partir desse momento, a representação profissional passou a ser integrada ao Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região (CRB-7), autarquia federal criada pela Lei nº 4.084/1962 e regulamentada em 1966, responsável pela fiscalização do exercício profissional nos estados do Rio de Janeiro (incluindo a antiga Guanabara) e Espírito Santo.

[12] Não foi localizada a data exata de fundação da entidade.

Desde então, as associações estaduais e a FEBAB (Quadro 1), têm promovido ações voltadas à defesa da profissão, ao fortalecimento da identidade dos bibliotecários e à articulação com os desafios informacionais contemporâneos. Essas associações também refletem as especificidades regionais da organização profissional, contribuindo para a pluralidade de experiências no cenário nacional. Alencar e Olinto (2023), corroboram com esta visão, onde destacam que a formação bibliotecária deve promover a conscientização das carências sociais dos ambientes em que atuam, preparando o profissional para contribuir para a superação das desigualdades que caracterizam o país.

Salienta-se que atualmente menos da metade dos Estados Brasileiros têm associações congregadas à FEBAB.

Observou-se ainda que as associações mais atuantes (Quadro 2) são aquelas que mantêm canais permanentes de comunicação com seus associados, realizam eventos de formação continuada e estabelecem parcerias institucionais com universidades, conselhos de classe e órgãos governamentais.

Quadro 2 – Indicadores de atuação das associações de bibliotecários brasileiras

Indicador de atuação	Nº de associações	Observações
Mantém canais permanentes de comunicação (site, redes sociais, e-mail)	10	Presença digital ativa em blogs, boletins e mídias sociais.
Realizam eventos de formação continuada regularmente	9	Congresso, cursos livres, roda de conversa e seminários.
Estabelecem parcerias com universidades e conselhos profissionais	7	Convênios, projetos de extensão e participação em comissões.
Possuem estrutura administrativa formal (diretoria, conselho fiscal, comissões)	13	Estrutura prevista em estatuto, embora com níveis variados de regularidade nas eleições.

Promovem debates sobre ética, direitos trabalhistas e inclusão social.	6	Incluem temas recorrentes nas programações e publicações institucionais
Contribuem para a representação política em fóruns e conselhos	5	Participação formal em colegiados públicos municipal, estadual e nacional.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise dos estatutos e atas demonstrou que as entidades contam, em sua maioria, com estrutura administrativa composta por diretoria, conselho fiscal e comissões temáticas, e que há esforço contínuo para manter a representatividade regional e o diálogo com as demandas contemporâneas da profissão.

Além disso, os dados apontam que as associações permanecem contribuindo para a formação política e técnica dos bibliotecários, promovendo congressos, cursos, publicações e debates sobre temas como ética profissional, direitos trabalhistas, acesso à informação, inclusão social e tecnologias da informação. O fortalecimento dessas ações segue sendo fundamental para a construção de uma identidade coletiva da categoria e para sua inserção em processos decisórios sobre políticas públicas de informação, cultura e educação.

Esses resultados reforçam a importância das associações como espaços de articulação e mobilização social, demonstrando que sua atuação ultrapassa a função corporativa, alcançando dimensões mais amplas da cidadania informacional e do desenvolvimento democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da história das associações de bibliotecários brasileiras nos permitiu compreender como essas entidades se constituíram

como espaços de resistência, articulação política, formação técnica e construção identitária da profissão.

Criadas inicialmente para promover o reconhecimento e a regulamentação da Biblioteconomia enquanto campo profissional, as associações evoluíram conforme os contextos sociais e políticos do país, atravessando períodos autoritários, redemocratização, expansão do ensino superior e transformações tecnológicas.

Desde os primeiros movimentos associativos nas décadas de 40 e 50, até os desafios enfrentados na atualidade, observou-se que essas organizações sempre buscaram se adaptar às demandas exigidas pela categoria e pela sociedade. Durante o período do regime civil-militar, assumiram um perfil mais técnico e de formação, sem abandonar totalmente sua função representativa. No processo de redemocratização e nas décadas subsequentes, passaram a incorporar pautas mais amplas ligadas à ética, cidadania, aos direitos dos trabalhadores, ao acesso à informação e à inclusão social.

Os resultados desta pesquisa indicaram que as associações que permanecem ativas, ativas mantêm canais de diálogo com seus associados, promovem eventos de formação continuada, estabelecem parcerias com instituições de ensino e atuam em parceria com fóruns e conselhos públicos. Embora haja certo enfraquecimento institucional em algumas regiões, como Norte e Nordeste, o movimento associativo permanece sendo um recurso para a consolidação da Biblioteconomia como ciência e profissão.

Assim sendo, é possível afirmar que as associações vão além da representação classista, elas ocupam um espaço simbólico e prático de mobilização coletiva, formação crítica e fortalecimento da

democracia informacional. Ao assumirem esse papel, elas contribuem para o reconhecimento da profissão e para a atuação dos bibliotecários como agentes sociais engajados na construção da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Glória; OLINTO, Gilda. Biblioteconomia Social na formação do bibliotecário: reflexões e análise de projetos pedagógicos no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, n. Fluxo Contínuo, p. e43260, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/43260. Acesso em: 17 ago. 2025.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Briquet de Lemos, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal da Legislação, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui jurídico das sociedades cooperativas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005. Altera dispositivos do Código Civil, relativos às associações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11127.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.341, de 18 de maio de 2022. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre os serviços de telessaúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2022/Lei/L14341.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

CARLOS, Euzinea; SILVA, Marta Zorzal. Associativismo, participação e vida pública. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 9, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1838/1601. Acesso em: 20 abr. 2025.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muriaquitã, 2008.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 1.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2.ed. rev. aum. Brasília: Ibict; CNPq, 1994. 540 p.

LEONELLO, João Carlos.; COSAC, Claudia Maria Daher. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. *In*: SEMINÁRIO DO TRABALHO ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2009, Marília, Brasil. **Anais** [...]. Marília, 2009.

OLIVEIRA, Andreia Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. **Cadernos do Campo**, Marília, n. 6, 1999. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/10321/6712/28566 Acesso em: 20 abr. 2025.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. *In*: REIS, Daniel Aragão et al (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTA ANNA, Jorge. Por uma sociedade mais justa e igualitária: o papel do movimento bibliotecário na democratização do conhecimento. *In*: SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira (orgs.). **Biblioteconomia social**: possíveis caminhos para construção da cidadania. Belo Horizonte: ABMG, 2018. p. 255-267.

SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da. Associação de bibliotecários: em busca de uma classe profissional

mais fortalecida no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1–25, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1396. Acesso em: 17 ago. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. 2. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

WHITLEY, Richard. Cognitive and social institutionalization of scientific specialties and research areas. *In*: WHITLEY, Richard (Ed.). **Social process of scientific development**. Londres: Routledge, 1974. p. 69-95.

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR
GOMES, Deborah Matias; PASSOS, Ketry Gorete Farias dos. Movimentos associativos de bibliotecários no Brasil: constituição, prática profissional e inserção no movimento social. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, p. 1-26, jan./jun. 2026.